



Quando a Testemunha Fala: a Cobertura Jornalística e a Renúncia do Deputado¹

Lays Pereira Soares do NASCIMENTO²
Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Pr

Resumo

Este estudo tem o objetivo de discutir as relações que se travam na produção da informação, principalmente envolvendo os aspectos éticos. O mito do jornalista independente e os efeitos dos grupos de pressão no exercício do jornalismo impresso. E, alguns apontamentos envolvendo a cobertura jornalística do jornal paranaense Gazeta do Povo sobre o acidente automobilístico provocado por um jovem deputado estadual.

Palavras-chave

Jornalismo; Ética; Manipulação; Pressão.

Ilusão de principiante

O jornalista Ricardo Noblat (2003, p. 18) considera que a maioria dos jovens que chega até as redações, encontra-se despreparada para o exercício do jornalismo sério e responsável. Noblat (2003, p. 18) atribui esse despreparo, que também chama de falta de conteúdo, à pouca idade e inexperiência dos jovens que, não raro, buscam a profissão acreditando no mito do jornalista independente. Enquanto isso, os recém-formados são mal pagos e submetidos a longas jornadas de trabalho.

“O jornalista é independente, dinâmico e duro, como o detetive particular. Luta imperturbavelmente num cenário de subornos, corrupção, crime e outros vícios humanos e fraudulentos. Qual lobo solitário na selva da maldade do comércio e da política, é valente, incorruptível, responsável, humanamente probo_ e descobre a verdade. Eis aí a ilusão de muitos principiantes na profissão.” (KUNCZIK, 2002, p.151)

1

2 1. Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2. A autora é jornalista e professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina, tem especialização em Publicidade e Marketing e mestrado em Comunicação e Linguagens.



A ilusão a que se refere Michael Kunczik, é a da crença de que jornalismo é uma profissão livre. Hollywood é responsável por parte da disseminação desta imagem de jornalista-mocinho-super herói que ajuda os fracos e oprimidos. Em alguns filmes (Super-Homem é um exemplo), atores bonitos dão vida a um jornalista-personagem cheio de ética e que sempre consegue apurar a verdade e ajuda a por os bandidos em seus devidos lugares, de preferência na prisão, depois de uma execução pública. Mas o que se pretende discutir aqui não são os filmes sobre jornalistas, mas as tramas que envolvem a ação diária do profissional no exercício da atividade profissional.

Ricardo Noblat (2003, p. 33) pertence ao grupo de profissionais que começou a trabalhar nas redações no período da ditadura, e afirma que jornalismo é o que se fazia naquele tempo e que hoje os jovens profissionais que invadem as redações não tem nada para combater. “(...) nem mesmo a autoridade paterna, porque faliu e tudo concede”. (NOBLAT, 2003, p. 33)

Saiu o fantasma da ditadura, mas permaneceram nas redações por muito tempo seus discípulos: os autocensores. São aqueles profissionais que temendo a tudo e a todos apresentavam muitas dificuldades e acabavam derrubando matérias, antes mesmo de empreender a ação de buscar informações. Segundo Niceto Blásquez (1999, p.69), a censura interna das organizações jornalísticas implica em proibição taxativa de publicar algo de forma escrita, falada, visual ou artística que leva à desinformação. Uma das definições de desinformação tem a característica de difundir opiniões que correspondam às intenções do desinformador. O autor destaca que são muitos os participantes que interferem no processo de informar, e não apenas os jornalistas, fato que aumenta o risco de se propagar informações falsas com o objetivo de confundir o público.

“(…) no próprio processo de informar, os jornalistas não constituem fatores únicos nem decisivos. Além dos proprietários, dos fundadores e publicitários, há diversos órgãos de administração, conselhos de redação e de escolha de programas, diretores e pessoal técnico etc., assim como distintos conselhos e outros serviços cujos membros costumam ficar desconectados da profissão jornalística. Com as modernas técnicas da comunicação, inúmeras pessoas não especializadas participam diretamente do processo de informar.” (BLÁZQUEZ, 1999, p.159)

Djalma Patrício (1998, p.21) vai além e trabalha com conceitos de grupos de pressão e grupos de interesse. O autor explica que o termo grupo de pressão foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos. Para definir grupo de pressão, recorre ao Dicionário de Política Italiana:

“organizações, entes, institutos que, diante dos próprios interesses inseridos em uma estratégia mais ou menos vasta, intervêm - exercitando a influência que possuem ou pressionando – nas atividades dos partidos, dos homens políticos, no governo, no parlamento, e em outras assembleias e centros de poder político, com o fim de obter uma particular política ou específica ação e iniciativa em próprio favor, ou conseguir influenciar uma decisão importante”.

(G. Pallota, 1964, p.284-285 apud PATRÍCIO, 1998, p.22)

O termo grupo de pressão acabou sendo usado como sinônimo de grupo de interesse. O autor explica que a confusão ocorre porque “não há pressão sem interesse, isto é, ninguém obriga alguém a fazer o que não lhe interessa (...)” (PATRÍCIO, 1998, p.22)

Isso significa que grupos de pressão são sempre grupos de interesse, mas “os grupos de interesse não são necessariamente grupos de pressão, porque podem alcançar os objetivos sem recorrer a instrumentos governamentais e/ou poder”. (O A Sanchez, 1974, p.30 apud PATRÍCIO, 1998, p.22)

Tais grupos, para obter o que desejam recorrendo ao sistema de pressão, podem agir de maneira direta ou indireta. A pressão com ação direta, acontece quando a fase de pedido e ameaça é feita diretamente pelo grupo interessado. Enquanto a pressão com ação indireta, realiza-se sob várias formas, e a intenção não é necessariamente clara, mas subentendida.

Djalma Patrício (1998, p.29) explica que a imprensa sofre pressão sobre si mesma e, por sua vez, exerce pressão sobre o destinatário – ou consumidor de mídia. “Se, por um lado o profissional de comunicação sofre uma ação direta (pressionado pelas autoridades ou grupos econômicos), através do seu trabalho, exerce ação indireta sobre o leitor, ouvinte ou telespectador.” (PATRÍCIO, 1998, p.29)

Uma pressão pode ter consequência de outra, com uma ação gerando uma sucessiva, em cadeia, como no exemplo do jornalista. Outro exemplo de pressão em cadeia apresentado pelo autor (PATRÍCIO, 1998, p.29-30) é o do político que recebe ameaças para se comportar de um certo modo, mudar de opinião, adaptar-se às solicitações e, conseqüentemente, tentar pressionar outras pessoas a ele subordinadas para agir do mesmo modo.



Uma pressão indireta pode fazer uso de uma ação mais branda, com discrição, quando se dirige à opinião pública que, quando influenciada, se transforma em um potente instrumento do Poder:

“a pressão pode ser feita através da informação e formação (manipulação ou persuasão) com uma intensidade qualitativa e quantitativa tal que provoca a reação do público, formando uma opinião pública que, por sua vez, faz pressão para determinada questão.” (PATRÍCIO,1998, p.30)

Grupos de pressão podem utilizar a técnica da desinformação para obter os resultados que desejam. Blázquez (1999, p.71) defende que, “Todos os regimes políticos praticam de alguma forma a desinformação em função do poder que exercem, até nas democracias mais fervorosas.”

O fato

Ricardo Noblat (2003, p. 37) afirma que a missão de um jornalista é informar. Ou melhor: contar histórias. “A maneira ideal de contar uma história pode ser por meio do texto. Outra história pode ser mais bem contada por meio da infografia ou da tabela. Uma fotografia pode bastar em diversos casos.” (NOBLAT, 2003 p.37)

A história a seguir foi contada a partir de textos, fotos, infográficos. Mais do que isso, retrata a ação de grupos de pressão que procuram desinformar a opinião pública usando o silêncio, omitindo informações, protelando decisões.

No dia 8 de maio de 2009, o jornal paranaense Gazeta do Povo publicou no alto da primeira página duas fotos coloridas que ocupavam o espaço de quatro colunas, retratando cada uma, a imagem destruída de dois carros envolvidos em um acidente na madrugada do dia anterior. Título da matéria: “Duas mortes e deputado em coma.” Dois jovens de 26 e 20 anos morreram no local. O acidente impressionou pela violência do impacto, revelada pelas imagens dos veículos. O carro das vítimas se transformou em um monte de metal retorcido que mal lembrava um automóvel.

Começa aí a cobertura de um acidente envolvendo o deputado estadual paranaense mais jovem, eleito em 2006 com mais de 46 mil votos, filho de prefeito de uma cidade do interior do estado e também ex-deputado estadual e sobrinho de outro deputado estadual. Vários meios de comunicação passaram a fazer a cobertura do acidente. Por envolver uma figura pública em um acidente de proporções bastante violentas, imagens foram exibidas inúmeras vezes nas TV's e sites que, além do deputado sendo socorrido, veicularam os corpos dilacerados das vítimas.



A falta de iniciativa de algumas autoridades, encarregadas de apurar o caso começa a ficar desconcertante. Testemunhas que presenciaram o acidente contam que o carro do deputado “decolou”, “voou”, “passou por cima” literalmente do outro veículo destruindo-o totalmente. Contrapondo a esse fato, há uma morosidade em buscar provas, material de investigação ou qualquer outro nome técnico dado a atividade de checar as circunstâncias ou causas do acidente. Mas são os depoimentos das testemunhas que orientam e dão novos rumos as apurações jornalísticas, à cobertura pelos meios de comunicação nacional e exigem posturas esclarecedoras dos órgãos competentes.

Nilson Lage, ao tratar da natureza das fontes (2003, p.63) afirma que elas podem ser mais ou menos confiáveis. Ele classifica as fontes em oficiais, oficiosas e independentes:

“Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado (...); e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações, etc. Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dele ou dela, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso.” (LAGE, 2003, p.64)

Das três fontes, o autor (LAGE, 2003, p.64) explica que a oficial é tida como a mais confiável, por outro lado, afirma que fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. “Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder.” (LAGE, 2003, p.64)

A princípio, uma série de atitudes começa a desgastar a imagem das autoridades perante a opinião pública. Na edição de 9 de maio de 2009, o jornal Gazeta do Povo traz nova informação na chamada de capa com o título: Imagens de radar podem esclarecer causa do acidente com deputado. O texto retoma rapidamente as informações sobre o acidente e afirma que a polícia não encontrou indícios de racha, mas não descarta hipóteses e vai pedir as imagens do radar próximo ao local do acidente. “O IML (Instituto Médico Legal) coletou amostras de sangue dos dois rapazes (mortos), alegando ser de praxe diante de acidentes com mortes. O mesmo não ocorreu com o deputado,” informa o jornal.

Na matéria interna, vem a complementação: “a delegacia só solicitaria o exame se houvesse forte suspeita do uso de substâncias que alteram a consciência.” Na



sequência vem uma afirmação de um médico, diretor técnico do hospital onde o deputado foi internado: “Foi feita uma endoscopia digestiva no deputado e não havia indícios de álcool ou drogas, só restos alimentares.” Caberia à polícia solicitar exames, o que ocorre quando há inquérito policial.

No decorrer do texto, a família dos jovens mortos diz que querem transformá-los em culpados. O pai declara que o acidente foi crime. Um amigo de uma das vítimas afirma em entrevista:

“Parece que estão tentando encobrir o que aconteceu, desviar o foco por ter um homem público envolvido. Membros da equipe do batalhão da Polícia de Trânsito afirmaram que o velocímetro do carro do deputado estava travado a 190 km por hora. O delegado encarregado da investigação não confirma.” (GAZETA DO POVO, 9 de maio de 2009)

No domingo, 10 de maio, Dia das Mães, o jornal não publicou nada sobre o acidente. Na segunda-feira, dia 11 de maio, notícia em três linhas na capa: Após Melhora, Deputado (nome) é transferido para SP. Até aqui o enfoque era sobre os boletins médicos, a transferência do deputado para um hospital de São Paulo, capital, “para tratamento das complexas fraturas na face”, as visitas de políticos, parentes e amigos, entre elas a do governador do estado, tudo num clima de solidariedade ao deputado.

No caderno Vida Pública, página 16 o acidente é contextualizado e de novo diz que “segundo fontes da prefeitura, a URBS já teria analisado as imagens registradas pelo radar na madrugada de quinta-feira e o veículo dirigido pelo deputado não estaria entre os multados por excesso de velocidade”. A matéria informa também que outras câmeras instaladas em um posto de gasolina na esquina em que ocorreu o acidente, poderiam ajudar a polícia. Relata novamente o acidente e a fala do pai de uma das vítimas que diz que foi um crime e não um acidente e que está contratando um advogado para saber que medidas tomar.

Exclusividade

A notícia que muda os rumos da apuração e faz com que a cobertura adquira abrangência nacional foi publicada com exclusividade na terça-feira, dia 12 de maio de 2009. Ocupando duas colunas do lado direito na capa, está o título: “Deputado que matou 2 dirigia sem carteira desde julho do ano passado.” O texto a seguir informa que: “o deputado foi multado 30 vezes nos últimos 6 anos e acumula 130 pontos na carteira



de motorista. Do total, 23 por excesso de velocidade. Sua habilitação foi cassada e ele não poderia dirigir desde julho do ano passado” (GAZETA DO POVO, 12 de maio de 2009).

O caderno Vida Pública dedica uma página ao assunto. Tem um mapa do local do acidente, fotos dos pais de uma das vítimas com o advogado, e de um deputado estadual, o único entre 54, a manifestar-se publicamente sobre o acidente e cobrando investigação rigorosa por parte da secretaria de Segurança Pública. Na legenda a fala do deputado: “Não pode dar tratamento diferenciado por se tratar de um deputado”. Finalmente a URBS confirma que recebeu solicitação oficial para ceder as imagens gravadas.

Este furo jornalístico pautou TV’s e grandes jornais como a Folha de São Paulo que passou a reproduzir na íntegra (atribuindo os créditos) as informações do jornal paranaense. Os grupos de pressão que estavam agindo claramente com intuito de ocultar informações, confundir a opinião pública e distorcer fatos, perdem forças, e a imprensa avança pressionando esses mesmos setores da sociedade a agirem com mais rapidez e ética na apuração do acidente.

No dia 13 de maio o jornal informa que o “Inquérito sobre o acidente com o deputado (nome) passa para o Tribunal de Justiça.” No caderno Vida Pública o assunto é abordado nas páginas 14 e 15. Entre os assuntos: as imagens do radar e das câmeras do posto já foram anexadas ao inquérito; os laudos do Instituto de Criminalística sobre o local do acidente seriam acrescentados; o promotor encarregado de acompanhar o caso informa que testemunhas serão ouvidas e que aguardam documentos.

O texto tem mais informações: um deputado federal diz que vai propor em projeto, mudanças na legislação para garantir a apreensão das carteiras cassadas por infrações de trânsito; o exame de dosagem alcoólica está comprometido já que não foi solicitado no momento do acidente. Excepcionalmente o jornal publica junto com a reportagem, em uma coluna, a Opinião da Gazeta, intitulada Isenção e Transparência. O texto se referindo ao acidente diz que:

“vem ensejando uma reação muito grande por parte da opinião pública paranaense. Em meio à comoção e estupefação pela violência do acidente que acabou ceifando a vida de dois jovens e ferindo gravemente outro, acaba se sobressaindo o sentimento por uma apuração isenta e equilibrada. Este, aliás, deve ser o papel dos organismos policiais encarregados das diligências, de modo a dar uma satisfação não só às famílias das vítimas, mas também à própria sociedade. (...) é forçoso ressaltar que o fato de estar envolvido um parlamentar no exercício do mandato não pode ser motivo para um



tratamento diferenciado nos critérios da investigação e apuração. Uma ação transparente, ágil e sobretudo ética é o que se espera.” (GAZETA DO POVO, 13 de maio de 2009).

Diante de novos acontecimentos, o jornal passa exercer cada vez mais pressão sobre as autoridades e faz referência direta “aos organismos policiais encarregados das diligências”, para que ajam com ética e transparência, para “dar satisfação às famílias e à sociedade”, que ocupa os espaços públicos manifestando repúdio pela repercussão do acidente e forma como estão sendo conduzidas as investigações.

Ainda na edição do dia 13 de maio o jornal noticia que uma testemunha procura a Gazeta e a RPC TV, do mesmo grupo de comunicação, para informar que foi a primeira a chegar ao local do acidente. Acompanhou tudo. Descartou a hipótese de racha e ainda a existência de um terceiro carro. Acompanhou o trabalho dos bombeiros que teriam comentado entre si que era uma “vítima em código três (com risco de morrer), visivelmente etílica”. E complementou que não houve nenhuma menção de que se tratava de um deputado.

Segundo Lage (2003, p.67) o testemunho imediato é mais confiável por se apoiar na memória de curto prazo, que é mais fidedigna. “Um bom princípio – comprovam os estudos de probabilidade - é só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem e nem trocaram informações entre si”. (LAGE, 2003, p.64)

Manchete da quinta-feira, 14 de maio de 2009: “Pais do jovem morto em acidente pedem a cassação do deputado.” Na linha fina: Tragédia: Relatório do Siate aponta “hálito etílico” e compromete mais a situação de (nome do deputado). No dia 30 de maio, o jornal publica a manchete sobre a renúncia do deputado que não quer comprometer outros parlamentares (que também tinham multas por excesso velocidade e pontos suficientes para terem suas carteiras cassadas).

Considerações finais

Os jornalistas fazem a intermediação da sociedade com os que a representam. Este é um dos seus papéis. O outro é o de fiscalizar atos e comportamentos dos que exercem o poder – o poder público ou o privado que influencia a vida das pessoas. (NOBLAT, 2003, p. 72)

Quando o jornal Gazeta do Povo foi investigar o histórico do deputado quanto ao seu comportamento no trânsito (cenário do acidente), desencadeou mudanças não só na



cobertura que a imprensa nacional passou a fazer do assunto, mas também nas investigações e conduta das autoridades, o que acabou repercutindo na vida de toda sociedade.

“A abertura dos meios de comunicação à opinião pública, graças à qual cada vez mais pessoas podem expressar publicamente os seus pontos de vista e idéias, é um requisito fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Isto suscita também o problema da ética da expressão pública em geral, e não só da ética dos jornalistas profissionais”. (BLÁZQUEZ, 1999, p.159)

É preciso destacar que a partir da entrada da família de uma das vítimas nos meios de comunicação que, orientada por seu advogado, “clamou por justiça”, passou a classificar o acidente como “crime”, apontou as “falhas das autoridades” na apuração dos fatos, ela passou a atuar como um dos mais fortes grupos de pressão de ação direta e indireta sobre toda a sociedade, mas principalmente sobre a opinião pública de tal forma que provocou uma reação de apoio e de comoção.

Para Noblat (2003, p. 26), a função do jornalismo é exercida com mais propriedade pelos veículos de comunicação impressos – embora nem sempre por todos eles. Embora seja um negócio como qualquer outro e sua existência está diretamente ligada ao fato de gerar lucros.

“Se não der lucro morre. Por isso deve estar sempre atento às necessidades dos leitores. Mas jornal também é um negócio diferente de qualquer outro. Existe para servir antes de tudo ao conjunto de valores mais ou menos consensuais que orientam o aperfeiçoamento de uma determinada sociedade. Valores como a liberdade, a igualdade social e o respeito aos direitos fundamentais do ser humano.” (NOBLAT, 2003, p. 26)

O jornalista complementa dizendo que antes de ser um negócio, o jornalismo é um serviço e como tal requer comprometimento, primeiro com o jornalismo independente e, segundo, com os cidadãos.

Para Blázquez (1999, p.34), o ideal seria que o informador se mantivesse a certa distância dos grupos de interesse, como garantia da sua independência e da capacidade de jogar limpo e atuar objetivamente.

As evidências da ação de pressão indireta podem ser constatadas na falta de informação sobre o caso, falhas na ação de órgãos responsáveis pela investigação, como a não coleta de sangue do deputado, mesmo com todos os indícios de excesso de velocidade e mortes; na ocultação de informações sobre o estado de embriaguez do parlamentar, na inexistência até então não explicada de imagens no radar ou imagens



adulteradas das câmeras do posto, declarações emitidas por profissionais que depois se confirmaram falsas, sobre o estado do deputado; entre outros acontecimentos. Quanto a identificação da existência ou não da pressão direta sobre o veículo só seria possível mediante pesquisa com profissionais que trabalham no jornal, não apenas os jornalistas, e também seus proprietários.

Para o autor, a correção ética constitui a auto-defesa da credibilidade profissional em matéria jornalística, é a melhor proteção para a profissão informativa e para a comunicação social em geral.

“Esses profissionais são freqüentemente açoitados pelos protestos do público e pelas pressões dos poderes políticos e financeiros. A ética profissional ensina os profissionais a escutarem as críticas morais do público e a aprenderem a partir delas, assim como a se defenderem dos poderes políticos e econômicos mediante o exercício responsável da legítima liberdade de expressão a serviço do bem comum.” (BLÁZQUEZ, 1999, p.86)

Um jornalista geralmente inicia sua carreira pelo prazer de escrever, mas acaba tendo que se adaptar às regras do mercado. A notícia de um fato pode ser tendenciosa, voluntariamente ou não, sendo transmitida com uma intenção de persuadir, ou, de esclarecer.

“Depende não somente da personalidade de quem colhe o fato e o transmite (nem sempre é o jornalista que escreve), como depende do nível de conhecimento de quem narra um fato, da situação em que se encontra (ligado ao fato ou indiferente). Depende também das condições políticas e econômicas em que se encontra o meio de informação, das pressões a que está submetido, sejam interna ou externas, diretas ou indiretas.” (PATRÍCIO, 1998, p.144)

De acordo com Patrício, (1998, p. 149) o poder e os grupos de pressão podem interferir em qualquer notícia, porque um fato pode ser descrito de várias maneiras e com várias tendências. Distrair o leitor com informações secundárias também é uma forma de manipulação.

Referências

BLÁZQUEZ, Niceto. **Ética e Meios de Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.



PATRÍCIO, Djalma. **Poder, Grupos de Pressão e Meios de Comunicação**. Blumenau: Ed. Da Furb, 1998.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de Fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

GAZETA DO POVO. Curitiba, Paraná, dias 08, 09, 11, 12, 13, 14 e 30 de maio de 2009.

